



Estudos de Psicologia

ISSN: 1413-294X

revpsi@cchla.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte
Brasil

Cela, Mariana; Fernandes de Oliveira, Isabel
O psicólogo no Núcleo de Apoio à saúde da Família: articulação de saberes e ações
Estudos de Psicologia, vol. 20, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 31-39
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26142192005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

NECESSIDADES BÁSICAS: BENS E SERVIÇOS DURÁVEIS DA MORADIA ADEQUADA¹

Mónica Mejía-Escalante²

Resumo

Os instrumentos de Direitos Humanos sobre moradia da Organização das Nações Unidas (ONU) são revistos como fonte institucional da origem do Déficit Habitacional para a América Latina. Em paralelo, uma definição para as variáveis que estas nações aplicam, construída com informação de seus Institutos de Estatística. A seguir, se realiza uma comparação destas variáveis com o indicador 'Moradia Adequada', do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) de 1991. O anterior, analisado sob os critérios dos Métodos Direto e da Renda, que estabelecem os carentes de necessidades básicas, é o que desencadeia o propósito deste artigo, identificar

BASIC NEEDS: DURABLE GOODS AND SERVICES OF PROPER HOUSING¹

Monica Mejia-Escalante²

Abstract

This paper analyzes the Human Rights Instruments of the United Nations (UN) over Housing within the context of Housing Shortage in Latin America. Likewise, we also provide a definition of the variables used by these nations in accordance with their respective Institutes for Statistics. Then, these variables are compared with the "Housing Index" developed by the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights in 1991. The implementation of the Direct and Income Methods, which measure the lack of basic needs, generate what is labeled by these countries and multilateral agencies

o que estes países e organismos multilaterais consideram como moradia adequada: um diagnóstico a partir do Déficit Habitacional, cuja base são as necessidades básicas constituídas por bens e serviços duráveis, que são atingidas desde a capacidade econômica das famílias. Mesmo que documentos nacionais e de órgãos multilaterais, apresentem o 'grau de Moradia Adequada' das nações, baseados nestes indicadores, o Déficit Habitacional diagnostica a carência; avalia o acesso à moradia e aos serviços básicos tomados como bens e serviços de programas de habitação oferecidos pelos Estados; não estabelece a capacidade das famílias para satisfazer essas deficiências, nem o grau de Moradia Adequada.

PALAVRAS-CHAVE: NECESSIDADES BÁSICAS; MORADIA ADEQUADA; DÉFICIT HABITACIONAL; HABITABILIDADE.

Recibido: 01-10-2014
Aceptado: 05-06-2015

as proper housing: a diagnosis from a Housing Shortage perspective. Such an approach is based on basic needs and the possession of durable goods and services, which are acquired according to the financial capability of households. Even though the documents issued by national and multilateral agencies reveal the "Proper Housing" state of each country, Housing Shortage refers to scantiness, analyzes the access to housing and basic services such as the goods and services provided by the State and does not establish the capacity of households to satisfy their needs or the degree of proper housing.

KEYWORDS: BASIC NEEDS; PROPER HOUSING; HOUSING SHORTAGE; HABITABILITY.

Received: 01-10-2014
Accepted: 05-06-2015

-
- 1 Artigo associado a tese de Doutorado (2012-2016) da Universidade de São Paulo, Brasil. Financiado com o Programa Crédito Beca Colfuturo Colômbia
 - 2 Colombia. Arquitecta, Mestrado em Hábitat, Universidad Nacional de Colombia. Candidata a Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil. Professora da Universidad Nacional de Colombia. Correo electrónico: memejiae@unal.edu.co.

-
- 1 This paper is based on the dissertation conducted by the author (2012-2016), University of Sao Paulo, Brazil. This contribution is funded by the Colfuturo Colombia Scholarship Program.
 - 2 Colombia. Architect, MSc in Habitat, National University of Colombia. PhD candidate in Architecture and Urban Planning, University of Sao Paulo, Brazil. Professor, National University of Colombia. Email: memejiae@unal.edu.co

Importância dos indicadores habitacionais

Em consenso com vários autores, Pisarello expressa que todo direito só pelo fato de estar institucionalizado, goza de um conteúdo básico que é admitido como ‘mínimo’. Consiste em uma prerrogativa que nenhuma autoridade pública deveria deixar de satisfazer. Ele continua argumentando que, pensando não tanto no componente subjetivo do direito à moradia, mas sim em seu aspecto objetivo, é necessário adotar indicadores que possam ser usados como parâmetro para distinguir, por exemplo, se a violação às obrigações de um Estado no campo dos direitos habitacionais poderia ser atribuída à falta de capacidade ou à falta de vontade; ou para estabelecer se uma nação produziu em um período de tempo situações de regressão, estagnação ou progresso insuficiente na aplicação da política de habitação.

Em acedência com Pisarello, os indicadores de habitação encerram o papel fundamental em delimitar esse ‘mínimo’, pois existe uma ampla anuência sobre que a coleta e a análise de dados estatísticos, e, de indicadores sociais e econômicos, constituem um elemento estrutural para o desenvolvimento de políticas públicas. No entanto, não se percebe com clareza a relevância dos indicadores para a efetivação dos direitos humanos, entre eles, os habitacionais. A importância dos indicadores está

nesse papel fundamental sobre o mínimo, para que, ações ou omissões estatais que minam os direitos de moradia não fiquem impunes e sejam consideradas como reais violações jurídicas das necessidades habitacionais³.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS INDICADORES HABITACIONAIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Os Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos sobre moradia da Organização das Nações Unidas (ONU) são revistos como fonte institucional da origem do Déficit Habitacional para a América Latina, o que desvenda uma política de assentamentos humanos baseada em um conjunto de necessidades básicas, constituído por bens e serviços duráveis, e que se reflete nos diagnósticos e programas de habitação para estes países. Logo se realiza um breve relato sobre o Indicador de Necessidades Básicas Insatisfechas (NBI) para a América Latina e o Caribe (ALC).

A seguir, uma definição das variáveis de habitação que estes países aplicam e agrupam em Déficit Quantitativo e Qualitativo, para observar desde indicadores, o que é a moradia adequada para as seguintes nações: Argentina, Bolívia, Brasil,

3 Pisarello, 2003, p. 105, 108.

Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A definição de cada variável é construída a partir da informação encontrada nos Institutos de Estatística dos países em estudo.

A análise dos relatórios da ONU e das variáveis sob os critérios que configuram os Métodos Direto e da Renda, os quais estabelecem carentes de necessidades básicas, permite estabelecer que o conjunto de necessidades básicas está constituído por bens e serviços duráveis; e possibilita uma classificação dessas variáveis em categorias, estabelecidas pela autora. As categorias e as variáveis apresentam-se em duas línguas: português e espanhol. Seguidamente, uma comparação destas variáveis com os sete elementos do indicador ‘Moradia Adequada’ do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) de 1991⁴, cujo fim é revisar a concordância entre as variáveis de habitação e as do Pidesc.

4 Os elementos da Moradia Adequada do Pidesc são: i) Segurança da posse; ii) Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infra-estrutura; iii) Gastos suportáveis; iv) Habitabilidade; v) Acessibilidade; vi) Localização adequada; vii) Adequação cultural. Naciones Unidas, 1991.

As variáveis habitacionais oficiais são obtidas de uma primeira fonte: as políticas habitacionais de cada país em estudo. A segunda fonte, com informação mais precisa, corresponde às fichas metodológicas e aos glossários associados aos Censos de População e Moradia, alojados nos institutos estatísticos destas nações. Para os países que não documentam, ou apenas muito vagamente, a metodologia de levantamento de dados para censos nacionais, pesquisou-se na Encuesta de Hogares, feita nos países hispano-falantes⁵. A revisão de tão diversas fontes, com variados aprofundamentos, dificulta a consulta e a comparação sobre a situação habitacional das nações. Nos países que não classificam as variáveis de moradia como quantitativas ou qualitativas, encontram-se pesquisas privadas e acadêmicas que aplicam essa categorização, no entanto, os dados utilizados para este texto são os obtidos das fontes oficiais.

5 A Encuesta de Hogares corresponde no Brasil à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Variáveis do Déficit Habitacional nos países da América Latina. A origem

NECESSIDADES BÁSICAS

As primeiras classificações oficiais de variáveis de moradia tanto quantitativas como qualitativas foram apresentadas nos working papers de apoio à The World Employment Conference de 1976, da International Labour Organization (ILO), cuja recomendação para essa conferência foi “a definição de um conjunto de necessidades básicas, o qual irá configurar um minimum standard of living [...], que uma sociedade deve definir para os grupos mais pobres da sua população”⁶. Para que o habitante tenha acesso ao conjunto de necessidades básicas, o World Employment Programme se foca na criação de empregos mais produtivos e com melhor remuneração, como meio essencial para atingir os objetivos da política de necessidades básicas⁷. Isso implica que, cada pessoa possa dispor de um trabalho com remuneração adequada para o acesso às necessidades básicas.

Para definir esse conjunto de necessidades básicas, era necessário construir uma boa metodologia de levantamento de dados sobre requisitos mínimos

que uma família precisa para o consumo privado, e que pudessem ser comparados entre os diversos países:

“Nas Necessidades básicas, como entendido [no World Employment Programme], incluem-se dois elementos. Primeiro, determinados requisitos mínimos de uma família para o consumo privado: alimentação adequada; abrigo e vestimenta, assim como certos equipamentos domésticos e móveis. Segundo, serviços essenciais fornecidos pela e para a comunidade, tais como água potável, saneamento, transporte público e saúde, instalações para a educação e a cultura. [...] [Além da] participação das pessoas na tomada de decisões. [...]. É importante reconhecer que o conceito de necessidades básicas é dinâmico e específico a cada país. [...] Sob nenhuma circunstância deve ser concebido [dito conceito de necessidades básicas] como o mínimo necessário à subsistência”⁸.

A ideia de comparação de dados entre nações apresenta-se em um primeiro informe de especialistas assessores da ONU de 1954⁹, cujo interesse era estipular indicadores sociais de moradia e de educação, assim como estabelecer medições do nível de vida, desde o imperativo de determinar

6 ILO, 1976, p. 31, 7, tradução nossa.

7 Ibid., p. 7.

8 ILO, 1977, p. 24, tradução nossa.

9 Economic and Social Council, 1954.

variáveis de ordem quantitativa e qualitativa. Texto base para que, em 1961, o Secretário-geral das Nações Unidas, com a cooperação da ILO e outros organismos especializados, se interessasse em constituir:

“[...] ‘un pequeño grupo de expertos encargado de preparar un informe sobre los métodos más satisfactorios para definir y evaluar el nivel de vida y sus variaciones en los diversos países, teniendo en cuenta la conveniencia de permitir comparaciones en el plano internacional’. [O grupo de especialistas conclui que:], [...] el modo más satisfactorio de medir los niveles de vida en el orden internacional sería proceder a la medición de aspectos o partes claramente delimitados de las condiciones generales de vida que pudieran representarse cuantitativamente. [...] Esferas separadas tales como la salud, la nutrición, la vivienda, las condiciones de empleo y la educación se consideraron como ‘componentes’ del nivel de vida, y se propuso expresar estos componentes por medio de medidas o ‘indicadores’ estadísticos concretos, teniendo en cuenta la disponibilidad y comparabilidad internacional de los datos. [...] No se consideró aceptable ninguna medida única y general del nivel de vida”¹⁰.

10 Naciones Unidas, 1961, p. 1.

O documento de 1961, intitulado *Definición y Medición Internacional del Nivel de Vida*, substitui o do 1954 e caracterizou-se como um guia básico para os governos e instituições de pesquisa, com interesse na padronização e avaliação do nível de vida. O documento é notável já que, segundo a resenha da ONU, foi o primeiro impresso a encaminhar as preocupações internacionais a respeito de relatórios comparáveis sobre o nível de vida entre os países; no qual também se fixou uma diferença entre nível de vida, standard de vida e norma. Institui-se nesse documento o ‘nível de vida’ como as condições atuais nas quais mora a população; ‘standard de vida’, como as condições consideradas adequadas para uma ou outra população; ‘norma’ refere-se à condição desejável definida por e para propósitos particulares¹¹. Definições que já haviam sido propostas de forma mais geral em documentos anteriores¹². Hoje, o nível de vida é considerado como as condições de vida.

As variáveis do standard de vida para a moradia como necessidade básica, classificaram-se em indicadores prioritários e complementares, que correspondem às variáveis do Déficit Habitacional aplicadas hoje pelos países da América Latina:

“1) Porcentaje de la población que habita en ‘viviendas’; 2) Porcentaje de viviendas ocupadas en las que haya tres o más personas por habitación; 3) Porcentaje de viviendas ocupadas

11 *Ibíd.*

12 Economic and Social Council, 1956; 1954 apresenta definições desse tipo.

que tienen agua corriente dentro de la vivienda o fuera de ella pero a no más de cien metros; 4) Porcentaje de viviendas ocupadas con excusado. [...], indicadores suplementarios: 1) Porcentaje de la población que ocupa viviendas que no reúne las debidas condiciones de habitabilidad, clasificadas como ‘rústicas’, ‘improvisadas’ y ‘no aptas para ser habitadas’, o que carecen de todo abrigo; 2) Promedio de personas por habitación (sólo para las viviendas ocupadas); 3) Porcentaje de viviendas (urbanas) ocupadas dotadas de retretes inodoros; 4) Porcentaje de viviendas ocupadas provistas de otro tipo de retrete”¹³.

As anteriores variáveis serão inseridas quarenta anos depois no indicador que determina o Hogar de Asentamiento Precario dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com adição da variável última:

“Grupo de personas que vive bajo el mismo techo en una zona urbana que carece de una o más de las siguientes condiciones: 1- una vivienda durable de naturaleza permanente que proteja contra condiciones climáticas adversas; 2- un espacio vital suficiente, lo que significa que no más de tres personas compartan una habitación; 3- acceso fácil a agua potable en cantidad suficiente y a un precio razonable; 4- acceso a saneamiento adecuado: letrina privada o pública compartida con una cantidad razonable de personas; 5- tenencia segura para evitar los desalojos forzados”¹⁴.

DE NECESSIDADES BÁSICAS AO INDICADOR DE NECESSIDADES BÁSICAS INSATISFEITAS (NBI)

Na The World Employment Conference de 1976, é proposta uma política baseada em necessidades básicas, visando a efetivação de um mínimo standard de vida antes do final do ano 2000¹⁵, já que órgãos anexos à ONU precisavam construir um corpo de conhecimento no planejamento das Necessidades Básicas, e assuntos técnicos concernentes à aplicação de uma política de Basic Needs Approach to Development (BNA), em específico para a América Latina e o Caribe, com o fim de formular políticas operacionais para o programa de BNA nessa região¹⁶.

O conjunto de necessidades básicas, política aplicada desde a década de 1950, torna-se o programa de necessidades básicas para a América Latina e o Caribe (ALC) em meados de 1970, que deriva dos Relatórios da ILO, em princípio, na procura de melhores condições nos empregos, e que, depois na década de 1980, será avaliado desde o Indicador de Necesidades Básicas Insatisfechas para América Latina y El Caribe (NBI).

Boltvinik afirma que uma primeira variante do NBI foi ao parecer, aplicada pela primeira vez no tempo

13 Naciones Unidas, 1961, p. 13. O documento estabelece variáveis para componentes do nível de vida como saúde, nutrição, condições de emprego. Para previdência social, vestimenta, lazer e liberdades humanas oferece algumas considerações gerais.

14 UN-Hábitat, 2003.

15 ILO, 1976, p. 6.

16 OIT, 1979, p. 1.

da ditadura militar do Chile em 1975, e que, em meados de 1990, no México, Chile e Paraguai começa a aplicar-se um indicador multidimensional que agrupa as medidas de Linha de Pobreza (LP) e do NBI, conhecido como Método de Medición Integrada de la Pobreza (MMIP), desenvolvido por esse autor. No entanto, ele afirma que nessa época, a Comisión Económica para América Latina y El Caribe (Cepal) rejeita essa via multidimensional, considerando que a identificação dos pobres precisa ser estabelecida a partir da variante da Canasta Normativa de Alimentos (CNA) do método da Linha de Pobreza (LP)¹⁷.

Fresneda estabelece que nos inícios da década de 1980. O NBI se aplica na Argentina, realizado pelo seu Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), com a assistência da Comisión Económica para América Latina y El Caribe (Cepal - Óscar Altimir) e baseado no conjunto de necessidades básicas da ILO mencionado com anterioridade. Depois, o NBI foi aplicado na metade desse decênio, simultaneamente na Colômbia e no Uruguai, com base na experiência da Argentina. A partir dos resultados desses três países, o NBI foi ministrado no final de 1980 e começo de 1990, com o suporte técnico do Proyecto Regional para la Superación de la Pobreza (PNUD) da Cepal e de equipes técnicas nacionais: Bolívia, Costa Rica,

Ecuador, Honduras, Nicarágua, Peru, República Dominicana e Venezuela; a Guatemala não utilizou equipes nacionais. Os Censos de População e Moradia e a Encuesta de Hogares foram as fontes dos dados¹⁸.

Segundo Feres e Mancero, como os censos permitem a desagregação geográfica, desde os inícios da aplicação do NBI construíram-se ‘mapas de pobreza’, os quais hoje possibilitam visualizar graficamente e localizar as carências levantadas, no entanto, com a desvantagem da periodicidade dos dados, já que os censos são atualizados aproximadamente a cada dez anos. Em uma comparação dos indicadores NBI e LP, esses autores expressam que o primeiro só permite distinguir os hogares com carências críticas dos que não as têm, mas não a magnitude das carências; a LP utiliza a renda ou o consumo como indicador de bem-estar, ou o aprofundamento da pobreza –quão pobres são os pobres– e sua severidade –como está distribuída a pobreza–, mas não localiza geograficamente as carências da população. O NBI está relacionado com a pobreza estrutural, em contraposição com a LP, que se associa com a pobreza de conjuntura. A vantagem do NBI consiste em identificar com detalhe diversas carências que afetam à população¹⁹. No quadro 1, apresentam-se as variáveis do NBI aplicado na América Latina.

17 Boltvinik, 2013.

18 Fresneda, 2007, p. 12.

19 Feres e Mancero, 2001, p. 8, 20, 29.

QUADRO 1. VARIÁVEIS DO NBI APLICADO NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Necessidades Básicas	Variáveis Extraídas dos Censos de População para Aplicar o NBI
Acesso à moradia	Materiais de construção utilizados em chão, parede e teto
	Número de pessoas no hogar*
	Número de quartos da moradia
Acesso a serviços sanitários	Fonte de abastecimento de água na moradia
	Disponibilidade de serviço sanitário
	Sistema de eliminação de dejetos
Acesso à educação	Idade dos integrantes do hogar*
	Assistência a um estabelecimento educativo
Capacidade econômica	Idade dos integrantes do hogar*
	Último nível educativo aprovado do chefe de hogar**
	Número de pessoas no hogar*
	Condição da atividade econômica

*Neste quadro, usa-se a palavra hogar porque é a utilizada pela maioria dos países hispano-falantes da América Latina para designar o(s) grupo(s) ocupante(s) da moradia, que bem pode ser ou não consanguíneo, e que é a unidade de medida do NBI e do Déficit Habitacional da maior parte destas nações. A palavra *hogar*, em português, não alude ao grupo familiar como unidade de medida. O Brasil não aplica o NBI.

**O nível educacional do chefe de hogar é tomado como uma aproximação aos recursos que ele pode gerar; considera, adicionalmente, o número de pessoas que dependem dele para determinar as necessidades a cobrir com a renda.

Fonte: Adaptado de Feres e Mancero, 2001, p. 11

Na identificação dos pobres ou dos carentes dado um conjunto de ‘necessidades básicas’, Sen expressa que podem ser empregados pelo menos

dois métodos. O Método Direto que determina o conjunto de pessoas cuja cesta de consumo atual deixa insatisfeita alguma necessidade básica. O

Método de Renda (Método de Ingreso ou Indirecto em espanhol) calcula a linha de pobreza (LP), para supor que por cima dessa LP todas as necessidades mínimas estão satisfeitas, ou seja que, tenta detectar aqueles que não têm a capacidade de satisfazer as necessidades mínimas desde os seus recursos. Assim, a renda de uma pessoa pode ser observada não só como um instrumento para prever o consumo atual, mas como um indicador da sua capacidade de satisfazer as necessidades mínimas, independente que o indivíduo decida satisfazer ou não as necessidades. O primeiro método não envolve qualquer ideia de renda²⁰.

Boltvinik relaciona esses métodos com a avaliação das necessidades básicas. Expõe que o método direto avalia os fatos, a (não) satisfação fática das necessidades segundo um requerimento normativo; o da renda avalia a capacidade, identifica a satisfação potencial das necessidades humanas, e faz mais aclarações ao respeito. Quando comparando a variável observada, necessidade por necessidade, ou satisfactor por satisfactor, com seu limite regulamentar, é aplicado o método direto ou de necessidades básicas de medição da pobreza, que na América Latina é nomeado como método do NBI. Assim, uma diferença é que o NBI é multidimensional, avalia várias necessidades; o LP é unidimensional, avalia só a capacidade enquanto

renda. Entretanto quase todos os métodos multidimensionais que se aplicam hoje, misturam a verificação direta com a da renda²¹.

O NBI e o déficit habitacional somente avaliam fatos, porque segundo Kaztman, indicadores deste tipo, precisam cumprir cinco critérios: i) Agregação geográfica. Procura localizar e analisar no espaço hogares com carências; o único instrumento de coleta de dados com a cobertura necessária para atingir este objetivo são os censos de população, que por sua vez, põe limites à seleção das variáveis. ii) Representatividade. As variáveis selecionadas devem ser representativas de um conjunto de necessidades mais amplo das que investiga o censo. iii) Universalidade. Procura que o acesso a bens ou serviços que permitem satisfazer necessidades básicas esteja dentro das opções razoavelmente viáveis para todos os hogares do país, ou seja, que, as variáveis possam ser avaliadas em diversos âmbitos geográficos. iv) Estabilidade. É dada prioridade aos indicadores que refletem características relativamente permanentes dos hogares. v) Simplicidade. Aplica-se quando se têm duas ou mais variáveis de validade semelhante, para selecionar o indicador mais simples e facilmente compreensível²².

Fresneda ratifica que o NBI como método direto, é um indicador orientado unicamente a identificar

20 Sen, 1992, p. 317, 318.

21 Boltvinik, 2013, p. 7, 25, 26.

22 Kaztman, 1995, p. 7.

carências na prestação de serviços e nos bens duráveis dos hogares, construído com dados da única fonte estatística que admite diferenças entre populações: os Censos de População e Moradia²³. Kztzman afirma que o sucesso ou o fracasso de políticas destinadas a satisfazer cada carencia, é uma situação que pode ser observada quando aplicado o NBI. Contudo, o indicador NBI –o Déficit Habitacional e a Moradia Adeuada do Pidesc– não expõem a magnitude das carências. Essa última estimativa exigiria tarefas de revalidação que assegurem a representatividade dos indicadores selecionados em relação ao conjunto de satisfactores psicofísicos e culturais que constituem, em cada momento histórico, a mínima condição necessária para o funcionamento da vida humana em uma sociedade específica²⁴.

Sen em ‘conceptos y medidas de pobreza’, questiona sobre como definir as necessidades básicas envolvidas na identificação da pobreza: Em termos de bens e serviços ou de características? Clarifica a interrogante com o seguinte exemplo: trigo, arroz, batatas, etc., são bens, enquanto as calorias, proteínas, vitaminas, etc., são características destes bens que o consumidor procura. Se cada característica pudesse ser obtida de um bem único, então seria fácil converter as necessidades de características em necessidades

de bens; enquanto calorias são necessárias para a sobrevivência, não são o trigo ou o arroz. As necessidades de características precedem aos bens, mas a multiplicidade de fontes não é, no entanto, uniforme. Muitos bens fornecem calorias ou proteínas; muitos poucos fornecem o teto²⁵.

Retomando o exemplo dos alimentos, as características que identificam esse bem podem se delimitar com maior facilidade que as da moradia, pois essa abrange características desde diversos âmbitos que por sua vez são bens e serviços. A necessidade de características é o que, em acedência com Añón, se precisa para a sobrevivência ou para a qualidade de vida; a não satisfação dessas necessidades pode ocasionar desintegração, destruição ou não existência de um ser humano²⁶.

Uma análise sob os critérios dos métodos direto e da renda, mostra que o conjunto de necessidades básicas está constituído por bens e serviços duráveis como a moradia e os serviços básicos, ou em palavras de Sen, como necessidades de bens. As variáveis habitacionais são características desses bens e serviços. Desde as variáveis é que se estabelece o mínimo a ser garantido, pelo qual são instituídas como carências. As variáveis são as que o hogar precisa procurar segundo a sua capacidade econômica, pelo que faz escolhas, ou

23 Fresneda, 2007, p. 35.

24 Kztzman, 1995, p. 8.

25 Sen, 1992, p. 317.

26 Añón, 1994, p. 165.

seja, estabelece com quais carências vai morar. De tal modo, se o grupo familiar não atinge algum desses mínimos, expõe carências residenciais, e a qualidade de sua vida ressurte com isso.

Essa análise também possibilita uma classificação estabelecida pela autora, das variáveis em categorias comuns aos países, que procuram diagnosticar somente carências habitacionais associadas a bens e serviços duráveis: a moradia e os serviços básicos. Sendo as categorias resultantes para o Déficit Quantitativo: i) estado da moradia, ii) densidade habitacional, iii) moradia a um valor acessível, iv) localização da moradia em área de risco não recuperável. Para o Déficit Qualitativo: v) acesso a serviços básicos, vi) funcionalidade da moradia, vii) adensamento recuperável, viii) posse da moradia e do solo (quadros 2 e 3).

Déficit Habitacional Quantitativo e Qualitativo. Variáveis

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Hábitat) apresenta em relatórios a cada dois anos a partir da década de 1990, a situação mundial da habitabilidade em moradia. O de 2012 estabelece que além do estoque atual, preocupa a evolução do déficit, que aumentou de 38 milhões de moradias calculadas

para 1990, a uma cifra de entre 42 e 51 milhões, em 2011²⁷.

Os dados apresentados pela ONU são alarmantes, no entanto, por trás, estão os sistemas e os indicadores de habitação, cuja finalidade é fundamentar diagnósticos sobre a moradia, como insumo para criar programas de construção, reposição, ou melhoria de domicílios e de áreas residenciais. Variáveis desse tipo são classificadas pelos países da América Latina em déficit quantitativo e déficit qualitativo. Os Quadros 2 e 3 expõem as variáveis que constituem esses Déficits²⁸.

27 UN-Hábitat, 2012, p. 63.

28 Fontes de informação dos Quadros 2 e 3: DANE Colombia, 2009; DGEEC Paraguay, 2003?; DGEEC Paraguay, s.f.; DIGESTYC El Salvador, s.f.; Fundação João Pinheiro, 2013; INDEC Argentina, 2013; INE Bolivia, 2005; INE Bolivia, s.f.; INE Chile, 2002; INE Guatemala, 2011; INE Honduras, s.f.; INE Uruguay, s.f.; INE Venezuela, 2011; INEC Costa Rica, s.f.; INEC Ecuador, 2010; INEC Panamá, s.f.; INEGI México, 2011 y 2010; INEI Perú, s.f.; INIDE Nicaragua, 2005; Instituto de Estadísticas de Puerto Rico, s.f.; ONE Cuba, 2005; ONE Cuba, s.f.; ONE República Dominicana, 2012; ONE República Dominicana, s.f. Sem dados oficiais para o Haiti.

QUADRO 2. VARIÁVEIS DO DÉFICIT QUANTITATIVO HABITACIONAL NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

País			Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Haiti	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Porto Rico	R.Dominicana	Uruguai	Venezuela	
Categorias dos Bens e Serviços	Denominação de Déficit Quantitativo (Língua de origem)		Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Incremento de Estoque	Reposición de Estoque	Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Vivienda Deficitaria	Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Hogares en la Vivienda	Sem dados oficiais	Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Hogares en la Vivienda	Déficit Cuantitativo	Déficit Cuantitativo	Sem dados oficiais	Déficit Habitacional	Déficit Absoluto	Déficit Funcional
	Variáveis -Características dos bens e serviços-																							
i) Estado da moradia	Moradia precária																							
	Imóvel depreciado																							
ii) Densidade habitacional	Moradia vaga																							
	Hogar sem moradia																							
	Número pessoas por quarto																							
	Adensamento excessivo																							
	Hogar* convivente	Independente no econômico																						
		Com orçamento comum																						
		Coabitação sem especificar																						
		Intenção constituir domicílio exclusivo																						
iii) Moradia a um valor acessível	Ônus excessivo com aluguel																							
	Cômodo cedido ou alugado																							
iv) Localização em área de risco	Moradia em ruína por desastre natural																							
	Moradia em risco, solo não recuperável																							

*A respeito da palavra hogar, ver observações do quadro 1. A denominação do déficit quantitativo se apresenta na língua de cada país.

Fonte: Elaboração própria

A seguir, uma definição de cada variável (textos sublinhados) elaborada a partir da revisão das fontes dos Quadros 2 e 3 (Institutos Estatísticos dos países em estudo). Um elemento a considerar nessas definições são as noções de ‘família’ e ‘hogar’. Utiliza-se neste texto, a palavra *hogar* - ainda que não exista em português com significado aproximado de família -, para definir o grupo ocupante da moradia, que bem pode ser ou não consanguíneo; pois na maior parte dos países da América Latina hispano-falante, o *hogar* utiliza-se como unidade básica de medição, que é diferente de família. As exceções são Cuba, Paraguai e Peru, os quais aplicam a família constituída por um grupo familiar consanguíneo como unidade de análise. Cuba refere-se a *hogar* unipersonal quando é um único integrante. Para o Haiti, Porto Rico e Venezuela não se encontrou informação oficial a esse respeito.

Os países que aplicam o *hogar* como unidade oficial de medição, empregam a seguinte definição: a pessoa ou grupo de pessoas que no âmbito econômico, conseguem para todos a comida e outros elementos essenciais para morar no mesmo domicílio e cozinham para todos os integrantes, independentemente se mora(m) ou não com outra pessoa ou grupo; esse grupo pode ter ou não consanguinidade²⁹. A expressão do anterior mais conhecida em espanhol é ‘comen de la misma olla

y duermen bajo un mismo techo’. Uma ‘família convivente’, em português; um *hogar* allegado ou em cohabitación, em espanhol; ou a multi-person household, em inglês são as acepções nessas línguas, para se referir aos hogares que moram juntos.

O *hogar convivente* na Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, México, Paraguai e na República Dominicana, diagnosticam os ‘hogares que moram com outros no mesmo domicílio, mas que são independentes economicamente’. No Brasil, a família convivente secundária é aquela constituída por “no mínimo, duas pessoas, ligadas por laço de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, e que residem no mesmo domicílio com outra família, denominada principal”³⁰, sem especificar assuntos de dependência econômica; além, identifica a ‘família com intenção de constituir domicílio exclusivo’. As unidades de medida ‘família’ e ‘hogar’ e suas distinções dificulta a comparação entre os países.

No Brasil, o idioma é o português, e nos outros vinte países é o espanhol. Cada categoria e suas variáveis são oferecidas nessas duas línguas; isso porque, em estudos comparados sobre habitação entre os países da América Latina, primeiramente, não há um documento que agrupe as variáveis empregadas, e, segundo, pela dificuldade de

29 United Nations, 1977, p. 26.

30 Fundação João Pinheiro, 2013, p. 13.

QUADRO 3. VARIÁVEIS DO DÉFICIT QUALITATIVO HABITACIONAL NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

País		Argentina	Bolívia	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Chile	Equador	El Salvador	Guatemala	Haiti	Honduras	México	Nicarágua	Panamá	Paraguai	Peru	Porto Rico	R. Dominicana	Uruguai	Venezuela
Categorias dos Bens e Serviços	Denominação de Déficit Qualitativo (Língua de origem)	Déficit Qualitativo	Déficit Qualitativo	Inadequação de Domicílios urbanos	Déficit Qualitativo	Déficit Qualitativo	Características de la Vivienda	Déficit Qualitativo	Características de la Vivienda	Déficit Qualitativo	Déficit Qualitativo	Sem dados oficiais	Déficit Qualitativo	Déficit Qualitativo	Déficit Qualitativo	Características de la Vivienda	Déficit Qualitativo	Déficit Qualitativo	Características de la Vivienda	Características Estructurales	Déficit Qualitativo	Déficit Estructural
	Variáveis - Características dos Bens e Serviços-																					
vi) Acesso a serviços básicos	Acesso a serviços básicos																					
	Acesso à energia elétrica, gás, água, gasolina																					
vi) Funcionalidade da moradia	Qualidade materiais: chão, teto, parede																					
	Quarto para cozinhar																					
	Instalação sanitária exclusiva																					
	Móveis domésticos																					
	Combustível para cozinhar																					
vii) Adensamento recuperável	Excessivo em domicílio próprio																					
	Por quarto																					
viii) Posse moradia e solo	Inadequação fundiária urbana																					
	Tipo de posse																					

A denominação do Déficit Qualitativo se apresenta na língua de cada país. O 'tipo de posse' não é uma variável do Déficit Habitacional, com exceção do Brasil, mas os Censos de População e Moradia levantam dados ao respeito; foi considerada neste Quadro, porquanto é uma variável do elemento 'Segurança da Posse' do Pidesc de 1991.

Fonte: Elaboração própria

entendimento entre as duas línguas para noções similares, que, ademais, abrangem assuntos culturais; inclusive, entre os países nos que se fala espanhol, termos similares podem ter significados próprios segundo suas dinâmicas.

Dados oficiais sobre Porto Rico e o Haiti não foram encontrados; sobre o último, mais de um milhão de habitantes ainda mora em campos improvisados após o terremoto de 2010; é um caso particular, assim, as variáveis habitacionais oficiais não podem ser aplicadas para o que hoje acontece nessa nação.

Variáveis de Déficit Quantitativo com definições baseadas nas fontes consultadas (Quadro 2)

DÉFICIT QUANTITATIVO HABITACIONAL

A definição mais tradicional é dada pelo número de unidades faltantes de domicílios, para que cada hogar tenha acesso a uma moradia para seu próprio uso. No entanto, engloba além do anterior, a necessidade de construção de novas moradias para repor as que não são recuperáveis, aquelas sem condições de serem habitadas; pessoas sem domicílio; hogares em adensamento não recuperável;

reposição de imóveis com fins não residenciais, mas com uso residencial.

ESTADO DA MORADIA /

Moradia sem condições físicas de ser habitada, devido à precariedade dos materiais ou da estrutura, além da sua vida útil.

MORADIA PRECÁRIA

Moradia sem condições físicas de ser habitada e que não pode ser melhorada devido à precariedade dos materiais ou em virtude de ter sofrido desgaste da estrutura, em decorrência das condições de insalubridade. No Brasil, na Guatemala, no Panamá, entre outros, insere-se nessa variável os domicílios improvisados como imóveis não residenciais utilizados com fins de moradia, embaixo das pontes, na rua, nas cavernas; além dos domicílios rústicos como barracas e tugurios. Na Costa Rica, o 'precário' também alude à moradia ou ao solo ocupado ou *toma de tierras*.

IMÓVEL DEPRECIADO

Limite para a vida útil de um imóvel. No Brasil, é chamada de 'depreciação do imóvel'; os demais países utilizam Antigüedad de la vivienda.

Só algumas das nações que aplicam essa variável, definem o tempo – mais de 50 anos - para exigir reparos à moradia.

DENSIDADE HABITACIONAL

Quantidade de grupos (hogares) que moram em um domicílio. Variável classificada pelos países como quantitativa, porque a utilizam para determinar a quantidade de domicílios faltantes para os hogares que compartilhem moradia, não para assuntos de habitabilidade ou de bem-estar dentro do domicílio. Algumas das nações de fala hispana a denominam ‘condición de ocupación de la vivienda’.

MORADIA VAGA

Domicílio abandonado, sem uso, em reparação, ocasional, destruído ou utilizado para outras atividades que não são as residências.

HOGAR SEM MORADIA

Pessoa ou grupo de pessoas que mora nas ruas e nos alojamentos provisionais.

NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO

Englobam-se nessa variável: quantidade de quartos utilizados para dormir, quantidade de dormitórios, número de pessoas por quarto, número de pessoas por dormitório. Mais da metade dos países

aplicam alguma dessas variantes, mas só alguns desses, cruzam os dados para obter o adensamento excessivo; ou bem, diagnosticam o adensamento sem apresentar os dados dessas variantes. Por isso, neste texto, expõe-se por separado a variável ‘número de pessoas por quarto’ do ‘adensamento excessivo’.

ADENSAMENTO EXCESSIVO

Estipula-se como o resultado da divisão do número de pessoas que moram em um domicílio, pelo número de quartos nos quais elas dormem. Entenda-se por quarto para dormir, tanto os dormitórios, quanto qualquer lugar da moradia com esse uso, pois alguns países incluem a cozinha, o banheiro e a garagem, entre outros. O Déficit Quantitativo revisa o adensamento excessivo ou o hacinamiento no recuperable, ou seja, quando não há possibilidade de diminuir o grau de coabitação. A Bolívia diferencia o cálculo de adensamento para hogar unipessoal, do conformado por mais integrantes. A Colômbia o determina a partir de cinco pessoas. A Costa Rica oferece dados sobre o seu grau de hacinamiento, mas não especifica como foi obtido. O Uruguai o considera quando há mais de três pessoas dormindo num quarto para esse uso, ou, mais de duas, num quarto para outro uso. O Paraguai define essa variável como ‘promedio de personas por vivienda’. O Brasil estabelece uma diferença: o ‘adensamento excessivo de domicílios alugados’ que se inclui nesta variável, e,

o ‘adensamento excessivo de domicílios próprios’ que se insere como Déficit Qualitativo; a diferença radica na posse do domicílio: para o quantitativo revisa-se a moradia alugada e para o qualitativo, é a própria ³¹.

HOGAR CONVIVENTE INDEPENDENTE NO ECONÔMICO

Hogar secundário de qualquer tamanho e configuração, considerado secundário porque habita na mesma moradia com outros hogares, mas que é independente economicamente do hogar primário, portanto, poderia ter a capacidade de manter uma moradia independente. No Chile a variável é ‘número de hogares dentro de la vivienda’. No Paraguai é ‘agrupamiento externo’.

HOGAR CONVIVENTE COM ORÇAMENTO COMUM

Hogar secundário, de qualquer tamanho e configuração, que habita na mesma moradia com outros hogares, com orçamento comum, e que prepara conjuntamente os alimentos. Para o Chile e a Costa Rica a denominação é ‘hogar particular’; para o Paraguai é ‘agrupamiento interno’; Cuba o diagnostica como ‘hogar censal’; no Peru é ‘caren- cia en exclusividad de uso de la vivienda’.

31 O indicador que iria refletir de maneira mais adequada o adensamento excessivo é o que se calcula a partir dos metros quadrados por cômodo, em comparação com o número de pessoas que dormem nele; no entanto, nos Censos de População e Moradia analisados não se dispõe da área dos quartos. A nível internacional o padrão é de 4 m2 por pessoa.

HOGAR CONVIVENTE SEM ESPECIFICAR OU EM COABITAÇÃO

Hogar secundário de qualquer tamanho e configuração, que habita na mesma moradia com outros hogares, mas não se faz diferença entre hogares independentes no econômico e com orçamento comum. O Chile a identifica como ‘hogar colectivo’.

Hogar convivente com intenção de constituir domicílio exclusivo / Hogar allegado con intención de constituir domicilio exclusivo

Hogar secundário de qualquer tamanho e configuração, que habita na mesma moradia com outros hogares que pretende e tem a capacidade de constituir domicílio exclusivo. O Brasil, como único país que a diagnostica, inclui essa variável a partir de 2007.

MORADIA A UM VALOR ACESSÍVEL

Capacidade econômica para o acesso a uma moradia adequada com todos seus serviços básicos e urbanos, além de assumir as despesas de manutenção e impostos, seja como proprietário, ocupante, inquilino ou outra forma de posse.

ÔNUS EXCESSIVO COM ALUGUEL URBANO

O ônus excessivo com aluguel para os países de fala hispânica é considerado quando mais de 30% da renda familiar é utilizada para o pagamento do aluguel, independentemente do nível econômico do grupo familiar. Para o Brasil é delimitado como famílias urbanas com renda de até três salários mínimos, no que se inclui a renda da família secundária convivente, e, que despende 30% ou mais de sua renda com aluguel³². Quer dizer que (depois de 2007) o Brasil aplica a renda domiciliar e não a familiar. Os restantes países não aplicam essa variável.

CÔMODO CEDIDO OU ALUGADO

Compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, incluídos banheiros e cozinha, desde que constituam parte integrante da moradia, e que sejam alugados ou cedidos. A Bolívia, Brasil, Cuba, Guatemala e o Uruguai são os países que diagnosticam essa situação, mas não como uma questão de insuficiência econômica ou um assunto de habitabilidade, mas na busca de conhecer se

existe coabitação, pelo qual, essa variável faz parte do Déficit Quantitativo.

LOCALIZAÇÃO DA MORADIA EM ÁREA DE RISCO NÃO RECUPERÁVEL

Localização da moradia em área propensa a desastre natural e quando o risco não pode ser diminuído. Os países que diagnosticam as variáveis dessa categoria como Déficit Habitacional ou em seus censos de população e Encuestas de Hogares, realizam mapas de áreas de risco que determinam o grau de vulnerabilidade das áreas residenciais. Se o solo ou a moradia não podem ser melhorados para diminuir o risco da perda do imóvel por desastre, supõe-se que os domicílios dessa área serão considerados para remoção, mas em alguns países é ambíguo o tratamento a ser dado às pessoas deslocadas por essa situação, como consequência, essa categoria não se relaciona com programas de reassentamento. É classificada como quantitativa já que determina o número de moradias a serem

32 O ônus excessivo é considerado no Brasil Déficit Quantitativo e não Qualitativo (inadequação habitacional) já que, “[...] para determinada parcela pobre da sociedade, o aluguel não é uma opção, diferentemente do que ocorre com alguns setores da classe média. Para eles [classe média], pagar aluguel em bairros melhores e de mais status é preferível a comprar imóvel em áreas suburbanas de pior localização”. Fundação João Pinheiro, 2013, p. 18.

derrubadas, mas não se associa com assuntos de habitabilidade, de saúde ou de bem-estar dentro da moradia.

MORADIA EM RUÍNA POR DESASTRE NATURAL

Moradia destruída parcial ou totalmente por desastre natural.

MORADIA EM RISCO, SOLO NÃO RECUPERÁVEL

Moradia localizada em área de risco, na que o imóvel ou o solo não podem ser melhorados para diminuir o risco de desastre. A maior parte das nações determina somente o risco natural nos seus censos, sem considerar outros tipos de risco associados a formas de habitar ou costumes, poluição, contaminação do entorno ou dos recursos.

Variáveis de Déficit Qualitativo com definições baseadas nas fontes consultadas (Quadro 3)

DÉFICIT QUALITATIVO HABITACIONAL

O Déficit Qualitativo busca diagnosticar o conforto dos moradores. Em resposta às inadequações, aplicam-se programas de melhoria de domicílios; diferentemente das variáveis do Déficit

Quantitativo, que o que busca é estabelecer quantas moradias novas precisam ser construídas. Revisa o acesso a serviços básicos, o tipo de material utilizado, os espaços funcionais da moradia, o adensamento (hacinamiento) que pode ser diminuído, e a posse da moradia e do solo. Em função das particularidades dos domicílios das áreas rurais, o Déficit Qualitativo é calculado apenas para as áreas urbanas, poucos países estabelecem variáveis para áreas rurais.

ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

Domicílios com acesso a serviços básicos como: energia, água potável, esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo, gás.

ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

Domicílios com acesso a serviços básicos: energia, água potável, esgoto ou fossa séptica.

ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA, GÁS, ÁGUA, GASOLINA

O acesso a esses serviços é uma variável de Porto Rico. Sem dados oficiais mais específicos.

FUNCIONALIDADE DA MORADIA

Revisa o tipo de material utilizado na construção do domicílio e a sua durabilidade; e os espaços funcionais ou separados e diferenciados por atividades:

cozinhar, asseio, dormir, entre outras, que o que busca é diminuir o risco de contaminação e manter a privacidade.

TIPO E QUALIDADE DOS MATERIAIS DE CHÃO, TETO E PAREDE

Refere-se ao tipo de material utilizado para construir a moradia, sua durabilidade e qualidade, além de distinguir a prevalência dos materiais do chão, teto e parede industrializados, tradicionais, naturais ou descartáveis.

MORADIA URBANA COM QUARTO PARA COZINHAR

A revisão das fichas metodológicas dos institutos estatísticos, permite estabelecer que a moradia tradicional para um grupo familiar é a que se diagnostica com essa variável. Examina os hogares que preparam os alimentos em um quarto que também é utilizado para dormir ou para outras atividades, o que iria proporcionar desconforto e risco de contaminação. Cozinhar no quarto é recorrente nos domicílios que alugam quartos ou camas para grupos que migram para as cidades como: deslocados por violência ou por desastre natural, estudantes, indígenas, migrantes; nos que ademais se oferecem serviço compartilhado de cozinha, banheiro, asseio. Situação também observada nos abrigos para idosos ou para moradores de rua. Este tipo

de domicílios apresenta várias denominações: cortiço, casa de cômodo, cabeça-de-porco; ou em espanhol: inquilinato, callejón, conventillo, corralón, cuartería, pensión, vecindad. O domicílio com serviços compartilhados está sendo visibilizado nos censos da maioria dos países como mais um tipo de moradia, e não como um indicador do Déficit Habitacional. A Bolívia e a República Dominicana fazem foco nas moradias de espaços únicos, em que se cozinha, dorme, estuda, trabalha, buscando solucionar risco de contaminação e fogo, mas não de condições de vida, privacidade ou intimidade. A Argentina, Cuba, Chile, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru e a Venezuela levantam a quantidade de moradias com serviços compartilhados, com independência dessa variável.

INSTALAÇÃO SANITÁRIA DOMICILIÁRIA EXCLUSIVA

Domicílio com banheiro: chuveiro e vaso sanitário ou fossa séptica. A maior parte dos países aplica regulações nacionais diferenciadas para área urbana e rural.

MÓVEIS DOMÉSTICOS

Disponibilidade no hogar de equipamentos para cozinhar, pessoais e mais outros para as atividades domésticas e de lazer.

COMBUSTÍVEL PARA COZINHAR

Combustível utilizado para cozinhar. Revisa o risco de contaminação e perigo de fogo.

ADENSAMENTO RECUPERÁVEL

Estipula-se como o resultado da divisão do número de pessoas que moram em um domicílio, pelo número de quartos nos quais elas dormem. O Déficit Qualitativo revisa o adensamento ou o hacinamiento recuperável, ou seja, quando há possibilidade de diminuir o grau de coabitação. Alguns países contemplam essa variável para o rural no componente qualitativo, já que, o problema no rural não é a escassez de solo, a estrutura do domicílio ou a regulação, mas sim, os costumes e a capacidade econômica dos moradores.

ADENSAMENTO EXCESSIVO EM DOMICÍLIO PRÓPRIO

O Brasil estabelece uma diferença: o ‘adensamento excessivo de domicílios alugados’ - Déficit Quantitativo -, e o ‘adensamento excessivo de domicílio próprio’ - Déficit Qualitativo -. Refere-se a quando

o número médio de moradores do domicílio próprio por cômodo é acima de três e que usam o cômodo como dormitório em caráter permanente³³.

ADENSAMENTO POR QUARTO, RECUPERÁVEL

O Equador, o Peru e a Nicarágua não cruzam os dados para obter o índice de adensamento excessivo e do mitigável, no entanto, dados em suas Encuestas de Hogares permitem deduzir resultados sobre essa variável.

POSSE DA MORADIA E DO SOLO

Classificação das moradias e do solo segundo a situação legal-jurídica ou o fato pelo qual os ocupantes habitam no domicílio.

INADEQUAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

A inadequação fundiária urbana aplicada só no Brasil é o caso “(...) em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não possui total, ou parcialmente, o terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de

33 O Déficit Habitacional para o Brasil estipula um cômodo como “todos os compartimentos integrantes do domicílio separados por paredes, inclusive banheiros e cozinha, e os existentes na parte externa do prédio, desde que constituam parte integrante do domicílio. Não são considerados os corredores, alpendres, varandas abertas e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais, como garagens, depósitos etc.”. Fundação João Pinheiro, 2013, p. 22.

apartamento) em que aquela se localiza”³⁴. O termo fundiário - relativo a terrenos - não tem tradução literal para o espanhol como termo afim ao que significa em português.

TIPO DE POSSE DA MORADIA OU DO SOLO

Refere-se ao tipo de posse da moradia ou do solo no qual esses se localizam. Os países da América Latina levantam dados sobre a posse da moradia ou do solo, seja nos Censos de População e Moradia, nas Encuestas de Hogares ou em outros censos; mas não é uma variável do Déficit Qualitativo, com exceção do Brasil. É um dado que ainda não se relaciona com a habitabilidade ou com a segurança da posse, para diminuir o risco de deslocamento ou de remoção forçada.

Variáveis do Déficit Habitacional e Elementos da Moradia Adequada do Pidesc de 1991. Comparação

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) de 1991, busca que seja avaliada desde sete elementos a Moradia Adequada que “significa disponer de un lugar donde poderse

aislar si se desea, espacio adecuado, seguridad adecuada, iluminación y ventilación adecuadas, una infraestructura básica adecuada y una situación adecuada en relación con el trabajo y los servicios básicos, todo ello a un costo razonable”³⁵.

O Pidesc é relevante porquanto desde essa data, agências multilaterais como UN-Hábitat avaliam desde seus sete elementos o grau de moradia adequada dos países; assim como algumas das nações da América Latina, o incorporam a seu sistema jurisprudencial e a suas medições para estabelecer avanços no cumprimento ao direito à moradia adequada e, na diminuição dos déficits habitacionais. Ademais, a noção de ‘Moradia Adequada’ vai ser a utilizada desde essa data nas resoluções da ONU, nos seus documentos complementares, nas suas Conferências Mundiais e nos seus Relatórios Globais sobre assentamentos humanos. A seguir, uma comparação das variáveis habitacionais em estudo com os sete elementos desse indicador, cujo fim é revisar a concordância entre as variáveis de habitação e as do Pidesc.

i) Segurança da posse. Essa variável pode ser encontrada sob denominações em espanhol como ‘tenencia de la vivienda’, ‘forma de adquisición de la vivienda’, ‘ocupación de la vivienda’. Busca visibilizar assuntos de posse, assim como instaurar a segurança da posse em domicílios improvisados por desastre ou por deslocamento por violência. Os

34 Fundação João Pinheiro, 2005, p. 9.

35 Naciones Unidas, 1991, parágrafo 1.

critérios de indenização desde agências multilaterais e desde os países em estudo para deslocamento por diversos motivos, ainda estão por ser resolvidos. Os indicadores habitacionais da América Latina não aplicam variáveis para visibilizar assuntos de posse, com exceção do Brasil, com a variável ‘inadequação fundiária’.

ii) Disponibilidade de serviços urbanos, materiais, infra-estrutura. Segundo o Pidesc, refere-se ao acesso físico a serviços básicos, como água potável, saneamento, eliminação de dejetos, instalações sanitárias, gás; outros serviços associados ao conforto (iluminação, ventilação, calefação); além do acesso a serviços urbanos. Sobre a disponibilidade de serviços básicos, é uma variável verificada em todos os países, mas somente como conexão à rede para cada domicílio. Em outras palavras, o domicílio bem poderia apresentar disponibilidade de serviços básicos, mas isso não significa que o grupo ocupante esteja recebendo um serviço básico com qualidade, fazendo uso dele, utilizando uma conexão legal ou tendo a capacidade de pago das dívidas, assuntos não identificados pelos países em estudo.

iii) Custo suportável. O Pidesc apresenta que pode ser relacionado com gasto proporcional à renda, com o acesso a subsídios e outras formas de financiamento. Tem a ver com as variáveis de ‘hogar

convivente dependente ou independente no econômico’, ‘ônus excessivo com aluguel’ e com ‘cômodo cedido ou alugado’. As formas de financiamento das que fala o Pidesc relacionam-se de forma mais indireta com ‘domicílio destruído por desastre natural’, ‘domicílio em risco’, ‘inadequação fundiária’, ‘acesso a serviços básicos’; porquanto o financiamento relaciona-se com o acesso econômico à moradia nova, melhorias, manutenção e impostos do domicílio; com o pagamento de serviços básicos; com as dívidas para legalizar a posse, entre outros; elementos não considerados no Déficit Habitacional.

iv) Habitabilidade. Refere-se ao domicílio com espaço adequado, de boa estrutura e de material durável, protetor contra vetores de doenças e inclemências do clima, propício à privacidade e à intimidade. Essas características estão contempladas nos indicadores de ‘Moradia Saudável’ da Organização Mundial da Saúde (OMS)³⁶, e que o Pidesc busca que sejam atingidos. Para o caso do domicílio como proteção a vetores externos, variáveis associadas à categoria ‘funcionalidade da moradia’ são levantadas com profusão e incluídas com detalhe nos censos, mas em poucos casos como indicadores de habitação.

36 A invocação da ‘Moradia Saudável’ no Pidesc de 1991: “El Comité exhorta a los Estados Partes a que apliquen ampliamente los Principios de Higiene de la Vivienda preparados por la OMS, que consideran la vivienda como el factor ambiental que con más frecuencia está relacionado con las condiciones que favorecen las enfermedades en los análisis epidemiológicos; [...]”. Naciones Unidas, 1991, parágrafo 8d. Ver Organización Mundial de la Salud, 1990.

v) Acessibilidade econômica. Relacionada com o elemento do Pidesc ‘custo suportável’. Alude à possibilidade de aquisição econômica do domicílio, do solo e de posse para grupos em desvantagem, para vítimas de desastres, para deslocados por violência, por guerras ou por projetos de desenvolvimento. Os indicadores de habitação para a América Latina não aplicam nenhuma variável a respeito. Dados desse tipo são empregados para a política socioeconômica, de segurança ou de saúde.

vi) Localização adequada. O Pidesc estabelece que se atinja à localização das áreas residenciais com acesso ao emprego, mobilidade, transporte, serviços de saúde, escolas e outros serviços sociais; assim como lugares residenciais não poluídos. Sobre esses itens, uma situação similar acontece com o elemento ‘disponibilidade de serviços urbanos, materiais, infra-estrutura’. Dados sobre o acesso e a qualidade dos serviços urbanos e de áreas sem contaminação, encontram-se nas Encuestas de Hogares e de Condições de Vida de alguns países, e são utilizados para viabilizar projetos de cidade. Em consequência, o acesso a serviços urbanos e às áreas não poluídas não são consideradas variáveis habitacionais pelos países em estudo.

vii) Adequação cultural. O Pidesc indica que é a expressão da identidade cultural e o acesso aos serviços tecnológicos. É o elemento menos desenvolvido pelo Pidesc de 1991 e por instituições que trabalham sobre os direitos habitacionais. Há ausência total de medição desse indicador na América Latina. Isso pode ser observado quando os indicadores do Déficit Habitacional não levantam dados sobre

as configurações familiares existentes, ou sobre a origem e destino das famílias, ou suas necessidades particulares, seja porque algum de seus integrantes pertence à população vulnerável, seja porque cada configuração familiar precisa de critérios espaciais diferentes para o desenvolvimento e o habitar. Sobre os serviços tecnológicos, alguns países levantam dados desse tipo com os censos e as Encuestas de Hogares e de Condições de Vida.

A seguir na figura 1 expõe-se, desde a criação da ONU, a evolução da noção ‘Moradia Adequada’ nos instrumentos internacionais de direitos humanos relacionados com a habitação, e a evolução dos indicadores de habitação, para desvendar que, desde os inícios, o conjunto de necessidades básicas estabelecido pela ONU, tem a ver com bens e serviços duráveis, que por sua vez são o suporte do Déficit Habitacional dos países da América Latina. A moradia e os serviços básicos, como bens e serviços duráveis, são o meio para atingir um fim: um nível de vida adequado. Um exemplo do anterior desde a figura 1: na evolução da noção ‘Moradia Adequada’, a Declaração dos Direitos do Homem (DUDH) de 1948, busca garantir o abrigo (carência), a partir da moradia, alimento, vestimenta, assistência social e saúde (meio), para atingir o ‘direito a um nível de vida adequado’ (fim). Na evolução dos indicadores de moradia, busca garantir as variáveis desde mínimos regulamentados (carência), a partir de um conjunto de necessidades básicas (meio), para

atingir bens duráveis como a moradia e os serviços básicos, constituídos como programas de ação, inseridos em políticas habitacionais (fim).

Necessidades básicas: bens e serviços duráveis da moradia adequada. Suporte do déficit habitacional

Na década de 1950, definem-se os componentes do nível de vida: saúde, nutrição, moradia, condições de emprego, educação. Na década seguinte, convertem-se em requisitos mínimos ou necessidades básicas do nível de vida: alimentação, abrigo, vestimenta, equipamentos domésticos, serviços essenciais; que só podem ser atingidos a partir de uma remuneração adequada. Essas necessidades básicas precisam ser delimitadas em variáveis associadas ao consumo privado, com o que se busca estabelecer um standard de vida mínimo para elementos como a água potável, saneamento, transporte, equipamentos de saúde, de educação e de cultura.

O conjunto de necessidades básicas se tornaria na década de 1970, o Programa de Necessidades Básicas e, na década de 1980 até hoje, como o Indicador de Necessidades Básicas Insatisfechas (NBI) para a América Latina e o Caribe. O conjunto de variáveis do standard de vida - aplicadas desde a

década de 1970 – são hoje variáveis dos indicadores de habitação nacionais, do indicador de Hogar de Assentamentos Precários dos ODM do ano 2000, e fazem parte dos elementos da Moradia Adequada do Pidesc de 1991. O denominador comum de todos esses períodos e indicadores é a noção de ‘necessidades básicas’, constituída por bens e serviços duráveis, cujas variáveis são a expressão do que é considerada uma moradia adequada nas políticas de habitação dos países em estudo.

O conjunto de necessidades básicas está constituído por bens e serviços duráveis, e é o meio para atingir um fim: um nível de vida adequado. As variáveis são características dos bens e serviços como a moradia e os serviços básicos; e desde as quais se estabelece o mínimo a ser garantido, pelo que são instituídas como carências. Assim, as variáveis são as que o hogar precisa procurar segundo a sua capacidade econômica, pelo qual estabelece com quais carências vai morar.

Os países em estudo diagnosticam somente carências habitacionais associadas a bens e serviços duráveis: a moradia e os serviços básicos. Carências classificadas em categorias comuns aos países em estudo. As categorias resultantes para o Déficit Quantitativo: i) estado da moradia, ii) densidade habitacional, iii) moradia a um valor acessível, iv) localização da moradia em área de risco não recuperável. Para o Déficit Qualitativo: v) acesso a serviços básicos, vi) funcionalidade da moradia, vii)

FIGURA 1. EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE MORADIA ADEQUADA E DOS INDICADORES DE MORADIA



Fonte: Elaboração própria

adensamento recuperável, viii) posse da moradia e do solo. Assim, o Déficit Habitacional é a identificação da população com carência de um bem ou serviço durável.

Vários aportes dos indicadores de habitação: identificam geograficamente as carências residenciais evidenciadas nas variáveis, nas que se inclui o mínimo a ser garantido pelos governos; as variáveis são facilmente compreensíveis; refletem características relativamente permanentes dos hogares; podem ser medidas em diversos âmbitos geográficos, ou seja, que cumprem os cinco critérios como avaliadores da satisfação fática de necessidades como a moradia e os serviços básicos, e segundo um requerimento normativo -o mínimo-: agregação geográfica, representatividade, universalidade, estabilidade e simplicidade.

Por outro lado, essas variáveis não tomam dos censos todo o conjunto de necessidades básicas, unicamente um grupo que permita avaliar programas e políticas sociais, pelo qual expressam só algumas carências habitacionais e dimensões da pobreza. O que não reflete a singularidade de cada país em termos de costumes, materiais, posse, configuração familiar e necessidades habitacionais específicas. Nesse ponto é que emerge a questão sobre outras insuficiências que não são levadas em conta nessas variáveis, como consequência, os domicílios que não apresentarem essas deficiências, fará supor que seus moradores moram em um domicílio adequado, pois, esses indicadores já resolveram

as carências habitacionais associadas a bens e serviços duráveis.

Assim, variáveis associadas a particularidades de cada nação ou a outros bens e serviços não estimados, mas que sua carência, mina a qualidade de vida, não serão consideradas pelas políticas de habitação, como o mínimo essencial a ser garantido pelos governos. Em consequência, e eis a importância dos indicadores habitacionais, as deficiências habitacionais específicas de cada nação poderiam continuar sem visibilidade e, por conseguinte, não serem diagnosticadas e menos ainda solucionadas.

Tanto as variáveis do NBI quanto as do Déficit Habitacional, correspondem a características de bens e serviços duráveis tais como a moradia e os serviços básicos, no entanto, não permitem estabelecer graus de moradia adequada, mesmo que os relatórios oficiais nacionais e dos organismos multilaterais apresentem o grau de moradia adequada de cada país, baseados nos dados dessas variáveis.

Os sistemas de indicadores urbanos e de habitação têm, portanto, condições de serem aperfeiçoados, e, mesmo que na região existam desigualdades em quanto aos sistemas para recopilação de dados, é uma oportunidade para visibilizar outras carências nos territórios degradados, que poderiam ser estabelecidas como um 'mínimo' que não pode ser negociável nos assuntos de habitabilidade das áreas residenciais e, em consequência, nos direitos habitacionais.

Bibliografía

AÑÓN, María José. Necesidades y derechos. Un ensayo de fundamentación. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales. 1994. 350 p. ISBN 84-259-0967-8.

BOLTVINIK, Julio. Medición multidimensional de pobreza. América Latina de precursora a rezagada. [En línea]. *Sociedad & Equidad*. (5): 4-29, enero, 2013. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.5354/0718-9990.2013.26337>.

DANE Colombia. Metodología déficit de vivienda. Bogotá, Departamento Administrativo Nacional de Estadística DANE. 2009. 59 p. Colección documentos Actualización 79.

DGEEC Paraguay. Déficit habitacional en el Paraguay. [En línea]. *Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos DGEEC Paraguay*. s.f. 114 p. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.senavitat.gov.py/blog/publicaciones/deficit-habitacional-en-el-paraguay/>.

--- DGEEC Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos. [En línea]. *DGEEC*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.dgeec.gov.py/>.

DIGESTYC El Salvador. Metodología EHPM. [En línea]. *Dirección General de Estadística y Censos El Salvador*. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.digestyc.gob.sv/index.php/temas/des/ehpm/metodologia-encuesta.html>.

ECONOMIC and Social Council. Report of the ninth session. New York, United Nations, Economic and Social Council, Statistical Commission. 1956. Supplement 7.

--- Report of the eighth session. New York, United Nations, Economic and Social Council, Statistical Commission. 1954. Supplement 5 E/2569 E/CN.3/192.

FERES, Juan Carlos y MANCERO, Xavier. El método de la necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina. Santiago de Chile, CEPAL. 2001. 52 p. Serie estudios estadísticos y prospectivos, 7. ISBN 92-1-321791-9.

FRESNEDA, Oscar. La medida de necesidades básicas insatisfechas (NBI) como instrumento de medición de la pobreza y focalización de programas. Santiago de Chile, CEPAL. 2007. 198 p. Serie estudios y perspectivas No.18. ISBN: 1684-9469.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. Déficit habitacional municipal no Brasil 2010. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2013. 78 p.

--- Déficit habitacional no Brasil. Municípios selecionados e microrregiões geográficas. 2a. ed. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2005. 111 p.

ILO International Labour Office. Meeting basic needs: strategies for eradicating mass poverty and unemployment. Conclusions of the World

Employment Conference 1976. Geneva, ILO. 1977. 60 p.

--- Employment, growth and basic needs: a one-world problem; the international 'basic-needs strategy' against chronic poverty. [En línea]. New York, Praeger Publishers. 1976. 226 p. [Fecha de consulta: 01 junho 2012]. Disponible en: <http://labordoc.ilo.org/record/171375?ln=en>.

INDEC Argentina. Base de datos REDATAM definiciones de la base de datos. [En línea]. *INDEC REDATAM CEPAL/CELADE*. 2013. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://200.51.91.245/argbin/RpWebEngine.exe/PortalAction?&MODE=MAIN&BASE=CPV2010B&MAIN=WebServerMain.inl>.

INE Bolivia. Indicadores sociodemográficos por provincia y secciones de provincia 1992-2001. [En línea]. 2a. ed. La Paz, INE. 2005. 111 p. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.ine.gob.bo>.

--- Vivienda y servicios básicos según encuesta de hogares 1998-2011. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística de Bolivia*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.ine.gob.bo/indice/EstadisticaSocial.aspx?codigo=30301>.

INE Chile. Censos de población y vivienda 2002. [En línea]. Instituto Nacional de Estadísticas de Chile. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: http://www.ine.cl/canales/menu/indice_tematico.php.

INE Guatemala. Encuesta nacional de condiciones de vida 2011. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística de Guatemala*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.ine.gob.gt/index.php/encuestas-de-hogares-y-personas/condiciones-de-vida>.

INE Honduras. Instituto Nacional de Estadística de Honduras. [En línea]. *INE Honduras*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.ine.gob.hn>.

INE Uruguay. Instituto Nacional de Estadística de la República Oriental de Uruguay. [En línea]. *INE Uruguay*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.ine.gub.uy>.

INE Venezuela. XIV Censo nacional de población y vivienda 2011. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.redatam.ine.gob.ve/Censo2011/index.html>.

INEC Costa Rica. Encuesta Nacional de Hogares: vivienda. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística de Costa Rica*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.inec.go.cr/enaho/result/vivienda.aspx>.

INEC Ecuador. Resultados del censo 2010 de población y vivienda en el Ecuador. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística y Censos de Ecuador. 2010*. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.ecuadorencifras.gob.ec/manejo-de-datos/>.

INEC Panamá. Instituto Nacional de Estadística y Censo de Panamá. [En línea]. *INEC Panamá*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: http://www.contraloria.gob.pa/INEC/Publicaciones/subcategoria.aspx?ID_CATEGORIA=13&ID_SUBCATEGORIA=59&ID_IDIOMA=1.

INEGI México. Marco conceptual del censo de población y vivienda 2010. [En línea]. *Instituto Nacional Estadística y Geografía de México*. 2011 [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/espanol/metodologias/censos/marco_conceptual_cpv2010.pdf.

--- Síntesis metodológica y conceptual del Censo de Población y Vivienda 2010. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística y Geografía de México*. 2010. 81 p. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/espanol/metodologias/censos/sm_cpv2010.pdf.

INEI Perú. Población y vivienda. [En línea]. *Instituto Nacional de Estadística e Informática de Perú*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.inei.gob.pe/estadisticas/indice-tematico/poblacion-y-vivienda/>.

INIDE Nicaragua. Instituto Nacional de Información de Desarrollo de Nicaragua. Censo 2005. [En línea]. *INIDE Nicaragua*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.inide.gob.ni/>.

INSTITUTO de Estadísticas de Puerto Rico. Demografía. [En línea]. *Instituto de Estadísticas de Puerto Rico*. s.f. [Fecha de consulta: 01 outubro 2012]. Disponible en: <http://www.estadisticas.gobierno.pr/iepr/Estadisticas/Basesdedatos/Demografia.aspx#censo>.

KAZTMAN, Ruben. La medición de las necesidades básicas insatisfechas en los censos de población. Uruguay, CEPAL. 1995. 33 p.

NACIONES Unidas. El derecho a una vivienda adecuada (Art.11, párr. 1): 13/12/91. CESCR Observación general N° 4 (General Comments). 6° período de sesiones (1991). E/1992/23, 1991. Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos. 1991.

--- Definición y medición internacional del nivel de vida. Guía provisional. [En línea]. Nueva York, Naciones Unidas. 1961. 20 p. [Fecha de consulta: 01 novembro 2012]. Disponible en: http://unstats.un.org/unsd/publication/serie/se/serie_cn3_270_rev1s.pdf.

OIT. Planning for basic needs in Latin America. Final report: Bogotá workshop seminar. [En línea]. Bogotá, OIT. 1979. 73 p. [Fecha de consulta: 01 março 2012]. Disponible en: http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1979/79B09_411_engl.pdf.

ONE Cuba. Censo de población y viviendas Cuba 2002. Cuba, ONE. 2005. 400 p.

--- Vivienda. Indicadores seleccionados. [En línea]. *Oficina Nacional de Estadísticas*. s.f. [Fecha de

consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.one.cu/trimestralindicadoresvivienda.htm>.

ONE República Dominicana. IX Censo Nacional de Población y Vivienda. Volumen I y II. República Dominicana, Oficina Nacional de Estadística. 2012. 1050 p.

--- Oficina Nacional de Estadística (ONE). [En línea]. *ONE República Dominicana*. s.f. [Fecha de consulta: 01 junho 2014]. Disponible en: <http://www.one.gob.do/>.

ORGANIZACIÓN Mundial de la Salud. Principios de higiene de la vivienda. Ginebra, Organización Mundial de la Salud 1990. 44 p.

PISARELLO, Gerardo. Vivienda para todos: un derecho en (de)construcción. El derecho a una vivienda digna y adecuada como derecho exigible. Barcelona, Icaria. 2003. 284 p.

SEN, Amartya. Sobre conceptos y medidas de pobreza. *Revista Comercio Exterior*. 42(4): 310-322, 1992.

UN-HÁBITAT. Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana. Nairobi, Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. 2012. 196 p.

--- Guía para el monitoreo de la meta 11. Nairobi, Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. 2003. 24 p. ISBN: 92-1-131682-0.

UNITED NATIONS. Provisional guidelines on statistics of the distribution of income, consumption and accumulation of households. [En línea]. New York, United Nations. 1977. 100 p. [Fecha de consulta: 01 junho 2012]. Disponible en: http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_61E.pdf.